

# 1 DA REVOLUÇÃO RESTAURADORA À BATALHA FINAL

*Por Adriano Miranda Lima*

3.<sup>a</sup> Parte

## A BATALHA DE MONTES CLAROS<sup>8</sup>

Prelúdio e desfecho

Em 1659, a Espanha libertou-se das guerras com a França, mediante o tratado dos Pirenéus, ao mesmo tempo que resolveu os conflitos na Catalunha e em Itália. Menos sobrecarregada, decidiu assim reunir todos os esforços para uma derradeira tentativa de reconquistar Portugal. D. João de Áustria, filho bastardo de Filipe IV e comandante do exército espanhol na guerra contra Portugal, não vinha averbando sucessos militares e sofrera uma pesada derrota na batalha de Ameixial, deixando no campo de batalha mais de 4000 mortos, 6000 prisioneiros, toda a artilharia e consideráveis despojos. Desta forma, demitido das suas funções, foi chamado o general Caracena, o único até agora incólume de insucessos nesta guerra. Ao novo comandante foram garantidos todos os meios para poder triunfar no seu empreendimento. Simultaneamente, uma grande esquadra foi armada em Cadiz para, em conjugação com a invasão do Alentejo, atacar Setúbal e Lisboa, concebendo-se assim uma reedição do sucesso obtido pelo duque de Alba em 1580 contra as forças de D. António Prior do Crato.

Mas o conde de Castelo Melhor, à frente dos destinos do reino, fazendo jus à energia e ao tacto político que vinha demonstrando, mal soube dos preparativos de Espanha, tomou importantes medidas político-estratégicas. Resolveu alguns desentendimentos entre os generais à frente das forças militares no Alentejo, reconciliando-os, e nomeou Schomberg chefe de estado-maior do Alentejo; guarneceu e fortificou eficazmente Lisboa e outros portos do mar; contratou novas tropas estrangeiras, alistou mais efectivos nacionais, aumentou os quadros. Em suma, providenciou para que Portugal dispusesse de um exército de tropas motivadas e bem instruídas, fez um profundo reajustamento do dispositivo militar do país, operando um judicioso rateio dos efectivos nas guarnições fronteiriças e reforçando as forças militares no Alentejo, pela percepção de que o esforço militar espanhol ia incidir nessa província. Em suma, agiu em devido tempo e com eficácia, conforme as exigências da situação, a fim de poder resistir à invasão do exército espanhol, opondo-lhe forças restauradas e qualificadas e prontas para passar à ofensiva invadindo a Espanha.

Assim, no final da primavera do ano de 1664, após um período de aquartelamento de Inverno, o conde de Castelo Melhor materializou um plano que permitiu o reforço da guarnição de Estremoz com o maior potencial de combate possível. Desta maneira, em Maio de 1665, estavam posicionados em Estremoz cerca de 20.500 homens (15.000 infantes e 5.500 cavaleiros) com 20 bocas-de-fogo de artilharia. É evidente que no Norte do país se manteve um adequado dispositivo militar, mas notoriamente o esforço da defesa foi estrategicamente dirigido para o teatro de operações do Alentejo.

---

<sup>8</sup> Com base nas descrições de Carlos Selvagem in *Portugal Militar* e de Gabriel Espírito Santo in *A Batalha de Montes Claros: A Vitória Decisiva*.

O exército português estava posicionado em Estremoz e conforme a seguinte **Organização e Ordem de Batalha:** <sup>9</sup>

<b>Comando</b>	
Comandante	Capitão-General do Reino <sup>10</sup> D. António Luís de Menezes, marquês de Marialva
Adjuntos	General de artilharia exército do Brasil, D. Pedro Opeffinga Mestre-de-campo de auxiliares <sup>11</sup> António da Silva de Almeida Mestre-de-campo de auxiliares António Ferreira da Câmara Tenentes do mestre-de-campo-general
Estado-Maior	Mestre-de-campo-general <sup>12</sup> , conde de Schomberg Sargento-mor da batalha <sup>13</sup> , D. Miguel Carlos Távora

<b>Infantaria</b>	
Comando	Ala direita: General de Armas da província de Trás-os-Montes <sup>14</sup> , Conde de S. João  Ala esquerda: General de Cavalaria da Beira, Pedro Jacques de Magalhães
Vanguarda	Nas alas com a cavalaria  Ala direita–Terço da Armada: mestre-de-campo Matias da Cunha Terço de Cascais: mestre-de-campo José de Sousa Cid  Ala esquerda – 1º Terço de Trás-os-Montes: mestre-de-campo Manuel Pacheco de Melo Regimento Inglês: Coronel Person 1º Terço de Auxiliares <sup>15</sup> : mestre-de-campo de auxiliares de Tomar, D. António de Saldanha
1ª Linha	1º Esquadrão – Terço do mestre-de-campo Tristão da Cunha 2º Esquadrão – Terço do mestre-de-campo Francisco da Silva Moura 3º Esquadrão – Terço do mestre-de-campo João Furtado de Mendonça 4º Esquadrão – Terço do mestre-de-campo Pedro César de Menezes 5º Esquadrão – Terço do mestre-de-campo Aires de Saldanha 6º Esquadrão – Terço do Algarve: Mestre-de-campo Manuel de Sousa de Castro 7º Esquadrão – Terço do mestre-de-campo Jacques Alexandre Tolon 8º Esquadrão – 1º Terço da Beira: mestre-de-campo Manuel Ferreira Rebelo 9º Esquadrão – 4º Terço de Trás-os-Montes: mestre-de-campo Diogo de Caldas Barbosa 10º e 11º Esquadrões – Regimentos de franceses do conde de Schomberg, em dois corpos, comandados pelo tenente-coronel Defugér 12º Esquadrão – Regimento inglês do conde de Schomberg
2ª Linha	Comando Na direita: sargento-mor de batalha João da Silva de Sousa Na esquerda: sargento-mor de batalha Diogo Campos de Figueiredo 1º Esquadrão – Terço de Lisboa: mestre-de-campo Gonçalo da Costa Menezes 2º Esquadrão – Terço do mestre-de-campo Aires de Sousa 3º Esquadrão – 3º Terço de Trás-os-Montes: mestre-de-campo D. Francisco de M. Henriques 4º Esquadrão – Terço do mestre-de-campo: Martim Correa de Sá 5º Esquadrão – Terço do mestre-de-campo: Alexandre de Moura

<sup>9</sup> Elementos colhidos no trabalho *Batalha de Montes Claros* realizado no CEM - 95/97 pelo então major de Cavalaria Pedro M. A. Fonseca Lopes

<sup>10</sup> Equivalente ao actual cargo de chefe de estado-maior do exército. Foi extinto na nossa organização em 1706

<sup>11</sup> Equivalente ao actual posto de coronel

<sup>12</sup> Equivalente a Chefe de Estado-maior General

<sup>13</sup> Equivalente ao actual posto de major

<sup>14</sup> Equivalente ao actual general comandante de região militar, cargo entretanto extinto no dispositivo territorial do exército português

<sup>15</sup> Composto por 500 auxiliares tirados de todos os terços e armados com ferramenta para abrirem caminho ao exército

Continuação da 2ª Linha	6º Esquadrão – 3º Terço da Beira: sargento-mor Jacinto de Figueiredo 7º Esquadrão – 2º Terço da Beira: mestre-de-campo Baltazar Lopes Tavares 8º Esquadrão – Um terço de franceses: coronel Xéveri 9º, 10º e 11º Esquadrões – Regimento de alemães e italianos do Coronel Clara
Reserva ou 3ªLinha	1ºEsquadrão – Terço auxiliar de Aviz: mestre-de-campo António Velez Castelo Branco 2ºEsquadrão – Terço de Valença: mestre-de-campo Francisco Mendes 3ºEsquadrão – 2º Terço de Trás-os-Montes: mestre-de-campo Sebastião da Veiga Cabral 4ºEsquadrão – Terço de auxiliares de Évora: mestre-de-campo Manuel de Lemos Mourão

<b>Cavalaria</b>	
<b>Ala Direita</b>	
Comando	Na direita Comandante: general de cavalaria Diniz de Melo Imediato: tenente-general <sup>16</sup> de cavalaria Roque da Costa Barreto  Na esquerda Comandante: governador da cavalaria de Lisboa Simão de Vasconcelos Imediato: tenente-general da cavalaria de Elvas D. João da Silva
1ª Linha	1º Troço – Cavalaria do Alentejo: comissário geral João do Crato da Fonseca 2º Troço – Cavalaria do Alentejo: comissário geral Bernardo de Faria 3º Troço – Cavalaria de Lisboa: comissário geral Luís Lobo da Silva 4º Troço – Cavalaria de Lisboa: comissário geral Diogo Luís Ribeiro 5º Troço – Cavalaria do Alentejo: António Coelho de Góis 6º Troço – Cavalaria do Alentejo: D. Manuel Lobo
2ª Linha	1º Troço – Cavalaria do Alentejo: comissário geral Duarte Fernandes 2º Troço – Cavalaria do Alentejo: comissário geral Bartolomeu de Barros Companhias do quartel de Moura: capitão Luís de Sanclá
<b>Ala Esquerda</b>	
Comando	Comandante: General de cavalaria do Minho e Trás-os-Montes Pedro César de Menezes Imediato: tenente-general de cavalaria do Minho e Trás-os-Montes Francisco de Távora
1ª Linha	1 Regimento de cavalaria francês (a 2 Batalhões), constituído pelas companhias da guarda do conde de Schomberg 1 Regimento de cavalaria francês (a 2 Batalhões), do comando do conde de Maré 1 Regimento de cavalaria inglês (a 2 Batalhões) 1 Regimento de cavalaria francês (a 2 Batalhões), do comando do coronel Jovete 1 Troço de cavalaria de Trás-os-Montes (a 6 Batalhões), do Comissário geral Bernardino de Távora
2ª Linha	Comandante: tenente-general de cavalaria da Beira D. António Maldonado 1 Regimento de cavalaria francês (a 2 Batalhões) do comando do coronel Briquimon 1 Troço de cavalaria da Beira (a 6 batalhões): comissário geral de cavalaria Paulo Homem
Reserva ou 3ªLinha	1 Troço de cavalaria do Alentejo (a 6 Batalhões): comissário geral António de Siqueira Pestana

<b>Artilharia</b>	
Comandante	General de artilharia D. Luís de Menezes, conde da Ericeira
Material	15 Peças de 4,5 e 7 libras 3 peças de 12 libras 2 peças de 24 libras

<sup>16</sup> Equivalente ao extinto posto de brigadeiro do exército português

## Síntese do efectivo das forças

### portuguesas Infantaria<sup>17</sup>

9 Terços do exército do Alentejo	4.950
4 Terços de Trás-os-Montes	2.200
3 Terços da Beira	1.650
1 Terço de Lisboa	550
1 Terço da Armada	550
1 Terço de Cascais	550
1 Terço do Algarve	550
2 Terços auxiliares	1.100
2 Regimentos de ingleses	1.000
3 Regimentos franceses	1.200
1 Regimento alemão	400
<b>Total de 28 esquadrões ou terços</b>	<b>14.700</b>

Com Auxiliares e o Terço de Valença que se esperava, o total rondaria os 15.000 homens

### Cavalaria

Troços de cavalaria do Alentejo (a batalhões)	2880
2 Troços de cavalaria de Lisboa (a 6 batalhões)	720
1 Troço de cavalaria da Beira (a 6 batalhões)	360
1 Troço de cavalaria de Trás-os-Montes (a 6 batalhões)	360
Regimentos de franceses (a 2 batalhões)	900
1 Regimento inglês (a 2 batalhões)	300
<b>Total – 82 batalhões</b>	<b>5.520</b>

\*\*\*

No planeamento militar da actualidade, a decisão de um comandante deve ater-se aos seguintes factores; MISSÃO, INIMIGO, TERRENO E MEIOS. Mas naquele tempo, o planeamento militar nem por sombras se pautava pelo rigor e precisão das actuais técnicas de estado-maior. O campo de batalha contemporâneo é muito complexo, com intervenção de inúmeras variáveis, diferente dos tempos em que os meios de combate eram mais simples e as técnicas e tácticas procuravam, sobretudo, tirar partido do diferencial da

<sup>17</sup> A organização mostra que os nossos terços a 360 homens correspondiam sensivelmente aos regimentos estrangeiros. O regimento inglês tinha 300 homens e o francês cerca de 250.

massa das tropas de infantaria, da velocidade e do poder de choque da cavalaria e de uma artilharia que resultava mais pelo efeito moral das suas ainda muito rudimentares bocas-de-fogo. Por outro lado, a logística e todo o sistema de apoio de serviços e sanitário eram precários e em grande parte dependentes de recursos locais que iam sendo obtidos e reconstituídos no decurso das operações. Calcule-se, assim, quão penoso e difícil seria conduzir operações e combater nessas circunstâncias.



Marquês de Marialva<sup>18</sup>

O exército invasor, com um efectivo estimado em cerca de 25.000 homens, já se encontrava concentrado em Badajoz desde os últimos dias de Maio de 1665. O conselho de generais aprovou o plano de campanha de Caracena, que em linhas gerais consistia em: tomada de Vila Viçosa, para garantir as comunicações com a Espanha; marcha impetuosa em direcção a Lisboa, através de Setúbal, em conjugação com o ataque marítimo a ser executado por uma esquadra que sairia de Cadiz; por último, tomada de Lisboa em coordenação com a acção da esquadra.

A força espanhola invasora apresentava a **Organização e Ordem de Batalha** a seguir discriminadas:<sup>19</sup>

### 1. Comando

Comandante: D. Luís de Benavides, marquês de Caracena

### 2. Infantaria

Comandante: Mestre-de-campo general D. Diogo Cavaleiro

Sargentos-mores de batalha: D. Francisco de Alarcão

D. Manuel Garrafa

D. Francisco Roze Italiano

Efectivo total – 15:000 infantes

<sup>18</sup> D. António Luís de Meneses, 3.º Conde de Cantanhede e 1.º Marquês de Marialva (1596-1675), comandante do exército português.

<sup>19</sup> LOPES, Pedro M. A. Fonseca, *Batalha de Montes Claros*, Lisboa, IAEM, T. I. do CEM– 95/97.

### 3. Cavalaria

Comandante – 1º e 2ª Linha – Cav. estrangeira: D. Alexandre Farnésio

Comandante – 3ª e 4ª Linha – Cav. espanhola: general de cavalaria D. Diogo Coroa

Efectivo total – 7.600 cavalos

### 4. Artilharia

Comandante: general de artilharia, D. Luiz Ferrer

Efectivo total – 14 peças de artilharia e 2 morteiros

\*\*\*

Pode hoje interrogar-se sobre o significado real de um potencial militar com os efectivos militares que se preparavam para entrar em combate. Um efectivo da ordem de 20.000 homens já era tido na idade moderna como um bom exército, a exigir recursos avultados para o seu levantamento e sustentação: armamento e equipamento adequados para o seu apetrechamento e meios humanos à altura para o preenchimento e enquadramento das várias organizações e escalões de força. Um dos problemas mais delicados era a inexistência de uma estrutura logística permanente e capaz de alimentar continuamente os exércitos, como é hoje normal em todos os exércitos e que só surgiria com carácter estruturante e permanente com Napoleão Bonaparte. Eram frequentes os abastecimentos serem obtidos só à medida que as necessidades se impunham e conforme os recursos disponíveis nas áreas das operações. Com estes condicionamentos, os exércitos eram licenciados após atingidos os fins que determinaram o seu levantamento, por ser dispendiosa a sua manutenção e problemática a aquisição permanente dos abastecimentos.

Desta maneira, os exércitos colocados no campo de batalha pelos dois beligerantes representariam certamente o limite das suas possibilidades naquela conjuntura, mas sobretudo no caso português, não havendo, pois, razão para se pensar que Portugal abdicasse de colocar sobre a mesa todos os seus trunfos, estando em causa a sua independência, e que a Espanha não procedesse de modo idêntico quando decidiu jogar uma cartada final para unificar o reino.

\*\*\*

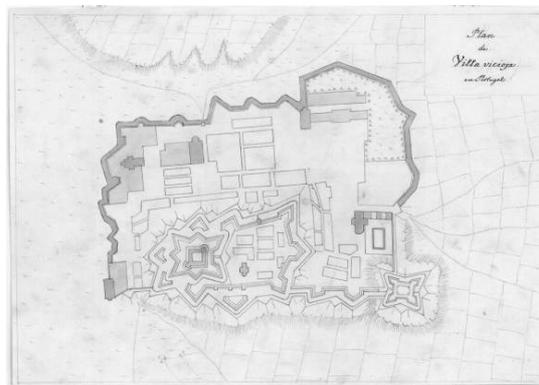
O marquês de Marialva, instalado em Estremoz com o seu exército de 20.500 homens, acompanhava o movimento de Caracena, aguardando o melhor “esclarecimento da situação”<sup>20</sup> do inimigo.

Em 1 de Junho, o marquês de Caracena saiu de Badajoz à frente das suas forças, tendo ocupado Borba sem resistência em 9 de Junho. De seguida, marchou sobre Vila Viçosa, e

---

<sup>20</sup> Esclarecer a situação, no léxico militar, significa obter informações que permitam conhecer a intenção do inimigo.

em 11 de Junho pôs cerco ao castelo, para o tomar de assalto. Apesar da sua reduzida dimensão, a guarnição estava bem comandada e resoluta quanto à sua defesa, pelo que resistiu bravamente às investidas das experimentadas tropas espanholas. Mas a situação era crítica para os sitiados porque o castelo de Vila Viçosa era pequeno, sem capacidade para acolher mais efectivos do que os que comportava, pelo que a resistência não se poderia prever por muito tempo. No entanto, os sitiados defenderam valorosamente o seu reduto durante 4 dias, tanto que Caracena o apelidaria de “castelo do diabo”, não prosseguindo o cerco com todo o peso das suas forças porque teve de reagir à informação recebida sobre o movimento do exército de Marialva. É importante sublinhar que esta resistência foi extremamente importante porque proporcionou ao marquês de Marialva, em Estremoz, tempo útil para avaliar convenientemente a situação do inimigo e ultimar o seu plano em conformidade com as mais actualizadas informações.



Planta de Vila Viçosa, em *Planos, Guerra y Frontera. La Raya Luso-Extremeña en el Archivo Militar de Estocolmo* (Isabel Testón Núñez, Carlos Sánchez Rubio e Rocío Sánchez Rubio, Junta de Extremadura, 2003). (Elementos colhidos no blogue *Guerra da Restauração*).

Com efeito, Marialva, que recebera ordem superior para socorrer Vila Viçosa, decidiu que tinha chegado o momento de pôr em marcha o seu exército. Em 17 de Junho, saiu de Estremoz com todo o exército já formado em linha de batalha, seguindo pelo itinerário definido pelo lugarejo de Montes Claros, ao sul da serra de Ossa, onde havia uma bifurcação na estrada. Com o sucesso das Linhas de Elvas alcançado 2 anos antes, é bem provável que os generais portugueses sentissem o moral elevado e acreditassem que esta era uma cartada decisiva em que as armas portuguesas não podiam conceber senão a vitória. Era um embate que ia decidir a independência de uma nação, o destino da pátria portuguesa.

O general Gabriel Espírito Santo descreve a marcha do exército português com particular precisão:

O exército português saiu às 5 da manhã de 17 de Junho do campo de Santo António, onde tinha passado a noite, marchando na ordem de batalha que lhe tinha sido fixada.

Na retaguarda marcha a cavalaria, seguindo-se os 500 infantes de auxiliares, prontos para abrir caminho; vinham em seguida 6 peças de artilharia ligeira, transportadas em carros; depois seguia-se a infantaria, marchando em duas colunas, correspondentes às duas linhas previstas para a batalha, e mais à retaguarda a reserva; seguiam-se as restantes 14 peças de artilharia e por fim as cargas de munições, vedorias e bagagem.

Com o primeiro batalhão de infantaria marchava o conde de S. João e o general de artilharia, D. Luís de Meneses, conde de Ericeira. Depois de duas léguas de marcha o exército fez alto junto de uma fonte, não só para que os soldados e os animais bebessem mas também para dar tempo que chegassem os carros que traziam o pão. (Espírito Santo, 2007).

Não tardou Caracena a reagir de imediato, uma vez informado do movimento das tropas portuguesas; e, assim, decidiu marchar de imediato com o objectivo de destruir, em combate de encontro, a única resistência válida que acreditava encontrar na sua marcha em direcção a Lisboa, talvez presumindo que tal seria empresa fácil, confiante que estava nos meios de que dispunha e na experiência de grande parte das suas tropas. Em Vila Viçosa, deixou apenas um efectivo que acreditava seria suficiente para manter o cerco ao castelo e impedir que os sitiados pudessem sair para reforçar a força militar portuguesa em marcha.

No dia 17 de Junho, os dois exércitos avistaram-se nas imediações de Montes Claros. A vanguarda portuguesa, composta por alguns esquadrões, ia em reconhecimento do terreno por alturas da serra da Vigaria quando avistou a guarda do marquês de Caracena, que vinha integrada na vanguarda do exército espanhol, em missão de reconhecimento, o que fez supor que o comandante espanhol pretendia, nessa fase das operações, avaliar pessoalmente a situação para, numa posição de observação privilegiada, ordenar uma reacção rápida das suas forças.

Marialva, aconselhado logo por Schomberg, mandou tomar posições de batalha, segundo a formação clássica – infantaria escalonada em duas linhas paralelas e cavalaria nas alas. No flanco direito, porém, apoiado nos primeiros contrafortes da Serra de Ossa, concentrou-se muito mais cavalaria que no flanco oposto; ao centro, com a vasta planície em frente, postaram-se na primeira linha algumas companhias de cavalaria e vários terços de infantaria; na ala esquerda, que se estendia por um extenso terreno de vinhedos, onde se posicionou uma força menor de cavalaria em virtude das limitações à manobra desta arma, outros terços de infantaria ficaram a cobrir o acesso a uma pequena colina, onde a maior parte da artilharia tomara posições. Nas clareiras da vanguarda entremearam-se algumas peças; outras duas, guardadas por 100 mosqueteiros, tomaram posição no cume de um pequeno outeiro, à direita da linha de batalha. Assim dispôs Marialva o seu exército de 15.000 infantes, 5.500 cavaleiros e 20 peças de artilharia<sup>21</sup>.

Entretanto, no campo oposto, Caracena concebeu o seu plano de batalha mediante a informação recolhida sobre o dispositivo do seu oponente. Pensou, perante o que lhe foi dado observar, que a separação da nossa cavalaria pelas duas alas do dispositivo, como era aliás procedimento táctico habitual, permitiria esmagar o centro e separá-lo do flanco

---

<sup>21</sup> ERICEIRA, Conde de (1946), *História de Portugal Restaurado*, edição anotada e prefaciada por António Álvaro da Silva Dória, Porto, Livraria Civilização, vol. IV; apud SELVAGEM, Carlos, *Portugal Militar*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1931, p. 449.

direito, antes que a cavalaria do flanco oposto tivesse tempo de acudir por estar em terreno de vinhedos que lhe tolheria os movimentos.

Se assim pensou melhor executou Caracena. Concentrou no flanco esquerdo grandes efectivos de cavalaria com que tencionava carregar impetuosamente sobre o centro do dispositivo português para o separar do flanco direito. Colocando também forças significativas no seu flanco direito, atacaria o flanco esquerdo português, onde esperava dispor da vantagem da superioridade numérica, uma vez que a nossa cavalaria ali posicionada teria a sua mobilidade dificultada pelos vinhedos e pouco poderia contar para reagir à manobra espanhola.

Porém, fazendo jus à sua sagacidade e intuição táctica, quando Schomberg se apercebeu da intenção do inimigo, decidiu transferir parte importante da cavalaria do flanco esquerdo (o das vinhas) para o flanco direito (contrafortes da Serra de Ossa). Além disso, “para maior segurança, mandou posicionar duas peças de artilharia, protegidas por um batalhão de cavalaria e 200 mosqueteiros, numa pequena elevação do terreno existente nesse flanco. (Espírito Santo: 2007, p. 99). Com efeito, reforçando a massa da cavalaria no flanco direito, numa manobra executada com rapidez e eficácia, porque do antecedente muito treinada, pode dizer-se que foi criada a primeira condição para a posterior vitória portuguesa nesta batalha. Por outras palavras, Schomberg trocou as voltas a Caracena.

Desferindo o ataque por volta das 10 horas, a cavalaria espanhola, como era aguardado, carregou com tal violência contra o centro e a direita do dispositivo português que os terços de Tristão da Cunha, Francisco de Moura e Furtado de Mendonça, com parte da nossa cavalaria da direita, ficaram desbaratados. Ao mesmo tempo, na nossa ala esquerda, os terços espanhóis acometiam a infantaria de António de Saldanha, rechaçavam dois regimentos franceses e um inglês e ameaçavam atingir a segunda linha com o mesmo ímpeto. A situação parecia crítica e Gabriel Espírito Santo refere que chegou a Lisboa a notícia de que “se perdera a batalha”, comentando que “as novas das desgraças caminhavam depressa” (Espírito Santo, 207, p. 99). Não sei qual é a fonte propiciadora desta observação, que suscita naturalmente muitas dúvidas, dado que não é compreensível que, àquela época, em que não havia telégrafo, pudesse chegar a Lisboa no curto espaço de poucas horas, para não dizer quase no imediato, o que acontecia perto de Vila Viçosa. E mesmo o pombo-correio não voaria com tal velocidade.<sup>22</sup>

Mas felizmente que a desgraça não se consumou. Schomberg, imparável na sua acção de comando, depois de ter reforçado a cavalaria do flanco direito, concentrou aí todos os terços disponíveis, pelo que a segunda linha sustém o ímpeto inimigo e, por seu turno, a primeira linha, que havia sofrido os efeitos do primeiro embate, recompõe-se e ataca pelas costas as forças espanholas. Simultaneamente, a artilharia posicionada no flanco direito despeja projecteis a menos de 50 metros sobre a cavalaria que carregara o centro e a direita da formação portuguesa, enquanto Dinis de Melo desferiu um ataque com a sua cavalaria,

---

<sup>22</sup> Só utilizado na guerra a partir do século XIX

rompendo a primeira linha da infantaria espanhola, sustendo o seu ímpeto e anulando o efeito da iniciativa inimiga.

Mas o alívio foi momentâneo. De facto, depois de reconstituídas as forças em confronto, a cavalaria inimiga volta a atacar o centro e a direita do dispositivo português, rompendo-lhes a primeira linha da infantaria, destroçando a cavalaria e chegando no seu ímpeto ao contacto com os nossos terços da segunda linha. Dir-se-á que esta fase foi ainda mais crítica que a anterior. Comandavam a segunda linha o próprio marquês de Marialva, comandante em chefe, o general de artilharia D. Luís de Menezes, o de cavalaria Dinis de Melo e Castro, e outros oficiais superiores. Schomberg, depois de ter conseguido restabelecer o equilíbrio de forças na esquerda, acorria a todo o lado, altura em que perdeu o seu cavalo e passou por momentos de apuro, tendo estado em risco de ser capturado pelo inimigo. Toda a nossa artilharia da retaguarda despejou fogo nutrido enquanto na nossa ala direita a segunda linha de infantaria aguentava todo o peso da refrega. Foi quando Marialva, receando que a ala esquerda pudesse não aguentar a pressão da infantaria inimiga e acabasse por comprometer a eficaz reacção conseguida no lado oposto, desguarneceu essa ala e, à frente de alguns terços quase intactos, reforçou as nossas forças na zona crítica virando o combate a nosso favor. Foi uma fase em que o combate se tornara mais de corpo a corpo.

Então, face ao insucesso dos dois ataques realizados, e já acusando menor fulgor, a cavalaria espanhola, simulou uma retirada para contra-atacar de novo e em definitivo; mas teve dificuldade em movimentar-se por entre as nossas hostes em primeira linha, sofrendo baixas e perdendo a força anímica necessária para a rápida reorganização conducente ao desferimento de novo ataque. Foi então que o tenente-general D. João da Silva, inactivo na direita, com a sua cavalaria, pôde da sua posição observar os movimentos da cavalaria inimiga e avisar o general da cavalaria Dinis de Melo, comandante da ala direita. Este lançou toda a sua cavalaria em perseguição da inimiga que, atacada de surpresa pela retaguarda e já enfraquecida com as baixas sofridas na simulação da retirada, debandou completamente, incapaz de reavaliar a situação e de recuperar o ímpeto inicial.

Fora o golpe decisivo. Passe a ironia, tem de se perguntar como é possível que a notícia do desfecho vitorioso não tenha chegado a Lisboa com a mesma rapidez da do primeiro e temporário desaire?

Marialva, logo que soube do destroço da cavalaria espanhola, envolveu a infantaria inimiga, ainda empenhada na refrega com a nossa segunda linha ao centro e com a nossa vanguarda à esquerda; sem poder contar com o apoio da maior parte da cavalaria, a infantaria espanhola perdeu a iniciativa, entrou em pânico e desordenou-se, tal como havia sucedido com a cavalaria. Milhares de prisioneiros caíram em poder dos portugueses; quatro terços espanhóis tentaram ainda retirar em boa ordem sobre a Serra da Vigaria; mas, cercados pelas nossas tropas, depuseram as armas. Caracena, do alto da serra, vendo a batalha perdida, fugiu também com todo o seu estado-maior. A batalha durara cerca de sete horas.

A perseguição às forças espanholas foi empreendida em duas direcções: Juromenha, pela maior parte das forças de Dinis de Melo; Vila Viçosa pelas restantes forças, comandadas pelo marquês de Marialva, que antes de atingirem aquela praça ainda receberiam a rendição de um volumoso corpo de infantaria espanhola que havia retirado em direcção a Borba.

Por essa altura, em Vila Viçosa, uma incursão corajosa dos sitiados destroçava um corpo de 1.800 arcabuzeiros, que tinha ficado de guarda aos acampamentos, fazendo prisioneiros e capturando toda a artilharia de cerco espanhola que lá estava posicionada.

Este desfecho a favor das armas portuguesas anulou todos os planos concebidos e executados desde 1659 para a reunificação dos dois reinos por parte de Castela.

Esta importante vitória foi seguida por outras iniciativas ofensivas, de menor significado, levadas a cabo pelo exército português em Trás-os-Montes e, sobretudo, no Minho, que se tornaria no principal teatro de operações, e também dentro do território espanhol. Porém, a vitória em Montes Claros foi decisiva para o fim do conflito com o tratado de 13 de Fevereiro de 1668, assinado em Lisboa. A Espanha reconhecia a independência de Portugal e garantia a restituição recíproca das praças tomadas durante a guerra, à excepção de Ceuta, que continuaria pertença da coroa de Espanha. A paz foi recebida com alívio pelo povo, fustigado pelas provações de uma guerra tão longa como inclemente.

A vitória portuguesa nesta batalha resulta de uma combinação táctica inteligente e eficaz dos diferentes componentes da força – infantaria, cavalaria e artilharia, como é possível observar nas suas fases mais críticas, podendo dizer-se que Montes Claros introduz uma inovação no pensamento militar da época.

O general Gabriel Espírito Santo enaltece o significado militar e a importância da batalha de Montes Claros na historiografia militar:

A batalha de Montes Claros foi uma vitória decisiva sobre as forças militares de Espanha, num confronto que tinha tomado novas formas a partir da prova de força que se tinha iniciado em Linhas de Elvas, sendo uma batalha que em termos de efectivos envolvem números menores do que aqueles que se tinham desenvolvido em restantes partes da Europa, durante a denominada Guerra dos Trinta Anos, e talvez a batalha que melhor demonstra a transição do pensamento militar do confronto directo para a manobra e o emprego de cada uma das armas da época – infantaria, cavalaria e artilharia – nas suas funções militares próprias para o combate. Pensamento em mudança que se vai progressivamente consolidando até às campanhas napoleónicas, mais de um século depois. Batalha que se tivesse sido travada no centro da Europa, e mais descrita por cronistas alemães, franceses e ingleses, constituiria uma referência na historiografia militar. (Espírito Santo, 2007, p. 100).

.....  
Ameixial (1663) e Montes Claros (1665) são batalhas travadas já com um pensamento militar consolidado. O Conde de Schomberg aproveita o terreno (combate do rio Degebe) e explora a

manobra (Montes Claros) e procura a surpresa (ataca ao fim do dia em Ameixial) de forma evoluída para o seu tempo, autêntico precursor do grande tático que foi Malborough, no final daquele século (Espírito Santo, 2007, p. 106).

Idêntica opinião é partilhada pelo historiador militar coronel Nuno Lemos Pires em trabalho publicado em *Revista Militar*, realçando o uso combinado das forças:

Montes Claros foi uma batalha decisiva entre dois exércitos que desejavam o embate físico, a “prova de força” no campo de batalha, o modo da estratégia directa. Foi a prova de que um uso correto e inteligente entre as várias Armas do Exército, de forma coordenada, combinada e em permanente ligação, exponenciava o valor da força. Que mesmo em inferioridade numérica, se conseguia atingir os melhores resultados possíveis, quando uma força era potenciada por uma liderança eficaz e uma boa rede de informações. A Batalha de Montes Claros, em 1665, fez *Escola*, provou a essência da sinergia entre as várias Armas Combatentes e é assim, naturalmente, a Batalha que evocamos como Escola das Armas no século XXI. (Lemos Pires, 2014)

As baixas e perdas materiais dos dois beligerantes foram as seguintes:

### **Portugueses**

Mortos – 700; feridos – 2.000

### **Espanhóis**

Mortos – 4000; Feridos e Prisioneiros – 6000

Entre os prisioneiros citam-se:

O Comandante da Cavalaria Espanhola – General D. Diogo Corrôa

O genro do marquês de Caracena, D. Gaspar de Ara

O governador das guardas de Caracena

Os Sargentos-mores de batalha D. Manuel Garrafa e D. Francisco de Alarcão

O príncipe de Xelê, comandante de um regimento de cavalaria francês

D. Francisco Flanquet, comandante de um regimento de infantaria francês

Os Administradores gerais do Exército e do Hospital

2 Tenentes-gerais de cavalaria

2 Comissários gerais de cavalaria

2 Mestres-de-campo

2 Sargentos-mores de batalha

4 Capitães de cavalaria

57 Capitães de infantaria (dos quais 27 reformados)

19 Tenentes de cavalaria

6 Ajudantes de cavalaria

5 Ajudantes de infantaria

79 Alferes (dos quais 17 reformados)

14 Furriéis e 62 Sargentos.

## Despojos tomados ao Exército Espanhol

14 Peças de artilharia e 2 morteiros

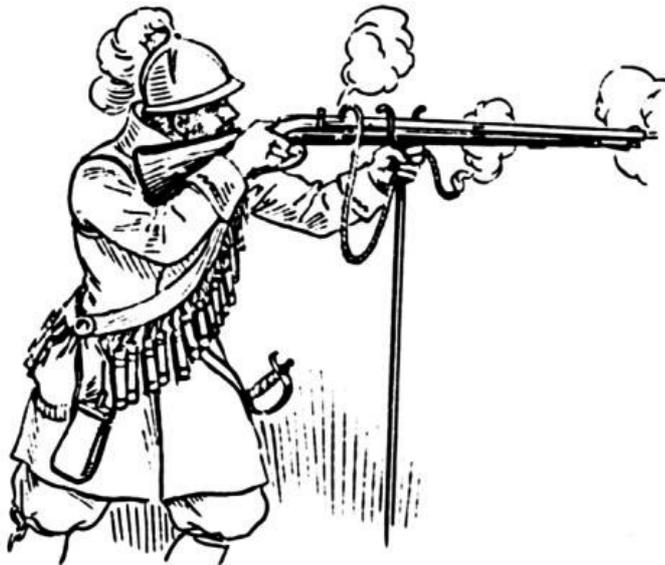
Inúmeras armas de Infantaria

Grandes quantidades de Munições

86 Bandeiras de Infantaria e 18 bandeiras de cavalaria

Os timbales do marquês de Caracena e os timbales do príncipe de Parma

Fornos de ferro, ferramentas e inúmeros mantimentos



Gravura sobre Arcabuzeiro, século XVII

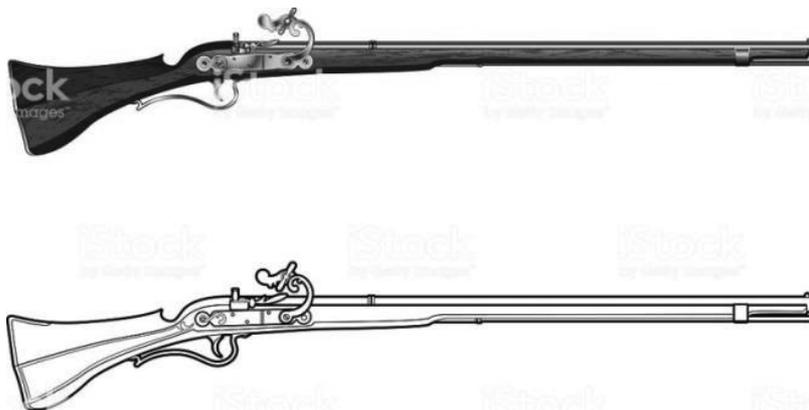


Imagem de mosquete

**Imagens do campo de batalha de Montes Claros e respectiva identificação descritiva. (Com a devida vénia ao blogue *Guerra da Restauração*)** <sup>23</sup>



Zona onde se formaram as linhas da cavalaria portuguesa, na ala direita do dispositivo português, onde Schomberg à última hora decidiu promover o seu reforço com transferência da cavalaria da esquerda, medida que seria decisiva para o sucesso na batalha.



Região da retaguarda das linhas de infantaria do exército português, sensivelmente na zona onde ficou posicionada a reserva. O terreno em frente e para a direita desta foto foi muito disputado e terá sido aqui que se jogou a fase decisiva da batalha, quando a sorte das armas podia ainda pender para qualquer dos lados e o exército espanhol parecia em condições de derrotar o português.

---

<sup>23</sup> Imagens e legendas postadas no blogue *Guerra da Restauração* e acedidas em 10/11/2018.



Zona do terreno em frente à primeira linha do dispositivo português, olhando na direcção do mesmo sensivelmente na zona de charneira entre os últimos terços da primeira linha portuguesa e os primeiros batalhões da cavalaria (havia ainda dois terços mais para o lado esquerdo da foto, interpolados entre os batalhões de cavalos). Esta terá sido a perspectiva que tiveram os cavaleiros da vanguarda do exército de Caracena, quando carregaram a cavalaria portuguesa e também os terços de Tristão da Cunha e de Francisco da Silva de Moura. Local onde a sorte da batalha esteve indecisa, após a cavalaria do exército espanhol ter rompido as primeiras linhas da congénere portuguesa e isolado momentaneamente os terços atrás referidos.



Na retaguarda do dispositivo português erguia-se uma outra elevação, muito semelhante à que foi ocupada, mais adiante, pelos terços e pela artilharia do exército do Marquês de Marialva e do Conde de Schomberg. Foi daqui que os dois generais, ainda com o exército português em marcha, descortinaram a chegada das primeiras tropas do Marquês de Caracena ao local onde se travaria a batalha.



Planície onde chocaram as cavalarias dos dois exércitos, sobre a ala direita do exército português, olhando na direcção do dispositivo espanhol.



Ala esquerda do dispositivo espanhol, olhando para o flanco esquerdo. Estas posições eram ocupadas pela cavalaria. Realce-se a natureza plana do terreno, propício à manobra da cavalaria.



Zona de progressão da infantaria espanhola, olhando na direcção das linhas portuguesas. Terá sido nas imediações deste local que chocaram dois regimentos, um suíço e outro inglês, num combate renhido a golpe de pique, mas no qual também chegaram a ser arremessadas as pedras caídas dos muros que por ali havia. O regimento suíço, comandado pelo coronel Clofs, estava ao serviço da coroa espanhola. O inglês, sob o comando efectivo do tenente-coronel William Sheldon, era o regimento nominalmente comandado pelo próprio Conde de Schomberg.



Vista a partir da primeira linha do dispositivo português, sobre a ala direita, onde estava disposta a maior parte da cavalaria e também dois terços de infantaria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que a vitória em Ameixial seja um marco importante na fase derradeira da Guerra da Restauração, a batalha de Montes Claros é efectivamente a cartada final da estratégia militar concebida, tanto mais que assinala a derrota, aliás inequívoca, que levaria 3 anos depois à assinatura do acordo de paz entre os beligerantes.

A vitória obtida nesta batalha é assim o corolário de toda uma estratégia geral iniciada por D. João IV que, em crescendo, e tendo mais tarde à frente o 3º conde de Castelo Melhor e o conde de Schomberg, viria a aprontar Portugal com as condições necessárias para se poder opor, decisiva e energicamente, aos desígnios unificadores da Espanha.

No âmbito da estratégia política interna, foi decisiva a política de afirmação da autoridade do monarca restaurador, em simultâneo com a recuperação económica e financeira do país levada a cabo com o lançamento do imposto de guerra e outras medidas paralelas. Não foi fácil vencer a oposição de indecisos, oportunistas e prosélitos remanescentes do rei de Espanha, que se manifestaram nos primeiros anos da Restauração, congeminando erupções conspiratórias. Por vezes, foi preciso usar de pertinácia e ductilidade táctica na relação com os sectores sociais mais influentes, em especial com a Igreja e a Inquisição, quando as prioridades do Estado colidiam perigosamente com interesses particulares ou quando a finalidade da repressão religiosa se confundia subrepticamente com objectivos inconfessáveis.

Reorganizou-se a estrutura de direcção política do Estado, na metrópole e no ultramar, e retomou-se gradualmente o controlo militar e administrativo de todos os domínios, à excepção de Ceuta, que nunca se recuperou. Se tivermos em conta a diferença abismal entre as tecnologias do mundo de hoje ( projecção de meios militares em teatros de operações distantes, comunicações, transportes, etc.) e os recursos disponíveis no século XVII, a acção empreendida por Portugal foi algo verdadeiramente colossal, o que nos impele a reflectir sobre a tibieza e a frouxidão de ânimo que às vezes parecem tolher os nossos passos nos desafios da actualidade, tanto mais quando, ontem como hoje, éramos um país de bem menor capacidade demográfica que os seus opositores na disputa dos mesmos interesses.

Mas a estratégia militar é seguramente a menina bonita do esforço realizado por Portugal ao longo da trajectória da Restauração. Partindo de uma situação de manifesta vulnerabilidade e de potencialidades diminuídas, foi preciso mobilizar a nação para pegar em armas e defender a sua independência contra um dos mais poderosos, experimentados e modernos exércitos da Europa. Portugal não possuía praticamente exército em 1640, pelo que foi preciso recuperar os alicerces das antigas estruturas institucionais para obrar um aprontamento militar à altura das circunstâncias. A luta pela defesa da independência foi um *continuum* de esforço e de vontade que atingiram o cume quando o notável estadista,

conde de Castelo Melhor, tomou nas suas mãos as rédeas do país. Uma das cartadas decisivas foi a escolha do Alentejo como o teatro de operações onde tudo se decidiria, bem como a percepção da importância fundamental dos serviços do conde de Schomberg, cujo papel foi decisivo na modernização e actualização doutrinária do exército e na condução das batalhas finais e decisivas.

É certo que a Restauração da independência nacional ficou decisivamente a dever-se às elites sociais que nunca sentiram estiolar o seu amor pátrio e que, junto do seu rei, fizeram a balança pender para o lado do Portugal livre, nos momentos em que alguns quiseram lançar a dúvida e semear o descrédito. Mas o povo anónimo, tal como já acontecera na revolução de 1385, foi uma constante de patriotismo, espírito de sacrifício e generosidade em todas as horas críticas, desde o Terreiro do Paço em 1 de Dezembro de 1640 ao campo de batalha em Montes Claros em 1665. O patriotismo pode, em certas conjunturas, andar aos baldões no coração de certas classes sociais, mas na alma do povo é nas horas difíceis que esse sentimento ressuscita com mais vigor e energia.

Os desafios que hoje, neste século, enfrentamos são incomparavelmente menos espinhosos do que os que arrostámos naqueles tempos dramáticos de outrora, quando o preço a pagar pela nossa indiferença ou pusilanimidade seria por certo a perda da independência nacional. Hoje, as armas que auspiciamos são para um campo de batalha diferente, porventura mais benigno mas nem por isso menos exigente, pois a vitória que almejamos é sobre a pobreza, a doença e a ignorância. Hoje, a Espanha é um país vizinho com o qual não rivalizamos senão na porfia da inovação, do querer e da determinação, para construirmos, cada um a seu modo, sociedades humanas tão dignas e tão prósperas como as mais avançadas. Contudo, nesta encruzilhada para a construção do futuro, é importante ter sempre presente que as armas podem ser diferentes, mas a alma com que as brandimos em nada pode diferir daquela que agigantou os nossos antepassados naquele dia 17 de Junho de 1665, em Montes Claros.

Para terminar, ocorre relembrar estas palavras do filósofo Eduardo Lourenço:

“Nação pequena que foi maior do que os deuses em geral o permitem, Portugal precisa dessa espécie de delírio manso, desse sonho acordado que, às vezes, se assemelha ao dos videntes (Voyants no sentido de Rimbaud) e, outras, à pura inconsciência, para estar à altura de si mesmo. Poucos povos serão como o nosso tão intimamente quixotescos, quer dizer, tão indistintamente Quixote e Sancho. Quando se sonharam sonhos maiores do que nós, mesmo a parte de Sancho que nos enraíza na realidade está sempre pronta a tomar os moinhos por gigantes. A nossa última aventura quixotesca tirou-nos a venda dos olhos, e a nossa imagem é hoje mais serena e mais harmoniosa que noutras épocas de desvario o pôde ser. Mas não nos muda os sonhos.”



Padrão de Montes Claros

Este padrão evocativo da Batalha foi mandado edificar pelo Príncipe Regente D. Pedro, que governava em vez de seu irmão. Nele está a seguinte inscrição, com a grafia da época:

**“NO ANO DE 1665, REINANDO EM PORTUGAL D. AF. O VI EM QUARTA  
FEIRA DIA 17 JUNHO DO MESMO ANNO DIA INFRA OITAVA DO  
MESMO ANNO DO GLORIOZO SANT.º PORTVGUES NESTE SITIO DE  
MONTES CLAROS D. ANT.º LVIZ DE MENEZES MARQVES DE  
MARIALVA CAPITÃO GENERAL DO ALEMTEIO EM BATALHA  
SIMGVLAR POR ESPAÇO DE 9 HORAS QUE COMEÇARÃO AS NOVE DA  
MANHA ATE AS SEIS DA TARDE MATOV, ROMPEO DESBARATOU E  
VENCEO O EXERCITO CASTELHANO Q. O MARQVES CARASSENA  
CAPITÃO GENERAL DA ESTREMADVRA O QUAL DIXOU NA  
CAMPANHA HVM GRÃDE NUMARO DE PRIZIONEIROS E MUITOS  
CABOS TODA ARTILHARIA CARRIAGE E A VILA VIÇOZA LIVRE DO  
SITIO Q. LHE TINHA POSTO. ESTA MEMORIA FEZ PARA OS  
PREZENTES E VINDOVROS RENDEREM A DEOS GRAÇAS E REZAREM  
PELAS ALMAS DOS QUE SE ACHARAM E MORRERAM EM TÃO  
NOTAVEL CONTENTA”**

## FONTES CONSULTADAS

(dispostas por ordem alfabética)

AAVV, *Genealogia dos Corpos Portugueses*, Lisboa, Direcção do Serviço Histórico-Militar, 1991.

ERICEIRA, Conde de (1946), *História de Portugal Restaurado*, edição anotada e prefaciada por António Álvaro da Silva Dória, Porto, Livraria Civilização, vol. IV.

ESPÍRITO SANTO, Gabriel, *Grandes Batalhas da História de Portugal, 1640-1668, Restauração*, Lisboa: Expresso, 2007.

FERREIRA, Arnaldo M. de Medeiros, *História Militar – III e IV Volume*, Lisboa, Serviços Gráficos da Academia Militar

IAEM, *Geografia Militar*, Lisboa, 1982

IAEM, *Estratégia*, Lisboa, 1983

LEMOS PIRES, N.B. *A Batalha de Montes Claros e o Conceito de Armas Combinadas*, Revista Armas Combinadas, 2014, p. 6-12

MARTINS, Ferreira, *História do Exército Português*, Lisboa, Editorial Inquérito Limitada, 1945

MARTINEZ, Pedro Soares, *A História Diplomática de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 1986.

MEDINA, João, *História de Portugal*, Amadora, Ediclube, vol. VII

OLIVEIRA MARQUES, A. H. *História de Portugal, vol. II*. Lisboa\_ Palas Editores, 9ª edic., 1983

SARAIVA, José Hermano, *História de Portugal*, Lisboa, Publicações Europa América, 1995

SELVAGEM, Carlos, *Portugal Militar*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1931